



**Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 14/05/2019

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove no Auditório do Centro Administrativo São Sebastião/CASS, Rua Afonso Cavalcanti, 455, Bloco I, subsolo - Cidade Nova, em segunda convocação, reuniu-se ordinariamente o Colegiado do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ) das catorze horas e trinta e cinco minutos às dezoito horas. Pelo segmento dos usuários: conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM-RIO); conselheira Maria de Fátima Silva Pinto (Associação Mulheres Guerreiras); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro – FAAPERJ); conselheiro suplente Delaír Caetano Gomes Filho (Sindicato dos Empregados de Empresa de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro); conselheiro suplente Roberto Oliveira de Almeida (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro - ACAMURJ); conselheira Ananda Lopes Carneiro Gonzalez (Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite C); conselheira Maria da Glória Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 1.0); conselheira Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheiro suplente Manoel João de Santana (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); conselheiro José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheiro Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheiro suplente José Thomaz da Conceição (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2); conselheira Neide Maria Neres Tinoco (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e o conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Lucimar de Oliveira do Nascimento (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira Suelen Guimarães dos Santos (Associação dos Funcionários do Instituto Nacional do Câncer – AFINCA) e o conselheiro Wagner Gomes Bezerra (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do RJ – SINFITO). Pelo segmento dos gestores/ prestadores de serviços: conselheira suplente Dayse Demori Gomes da Silva Peres (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Lúcia Maria Lafayette Rodrigues (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Marcia Reis da Silva (Secretaria Municipal de Saúde – SMS) e a conselheira Camila Nascimento (Viva Rio). Pauta do Dia: **Distribuição** da ata de 16/04/2019. **1) Deliberação** da ata de 19/03/2019. **2) Processo 09/004945/2017** de 27.11.2017. **Assunto:** Habilitação em Unidade de Cuidados Intermediários modalidade Canguru – Hospital Universitário Gaffrée e Guinle para deliberação. **3) RAG 2018:** Apresentação do Relatório Anual de Gestão do ano de 2018 para deliberação. **4) PAS 2020:** Apresentação da Programação Anual de Saúde do ano de 2020 para deliberação. **5) Ofício S/SUBGEX/CGPE n° 34/2019** . Assunto: Atualização de representantes para participação no Núcleo de Apoio Permanente ao Planejamento em Saúde – escolha de um titular e um suplente. **6) Comissão de Educação Permanente - 30 minutos.** **7) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 10 minutos.** **8) Informes da Secretaria Executiva - 15 minutos.** **9) Informes da Gestão da SMS - 10 minutos.** **10) Informes do Colegiado - 05 minutos por conselheiro.** O **Secretário Executivo David Lima** chamou para compor a Mesa Executiva do Conselho Municipal de Saúde a **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes**. Representando os usuários a **conselheira Júlia Daniela de Castro** com a função de

secretariar e o **conselheiro Ludugério Antonio da Silva**. Representando os profissionais de saúde a **conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento** e representando os gestores a **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** com a função de realizar a leitura da pauta. Controlador do tempo: **conselheira Júlia Daniela de Castro**. Em seguida passou a direção dos trabalhos para a **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes**. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** fez a leitura da pauta do dia. Logo após a **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** colocou em votação a pauta que foi aprovada pela maioria simples. Em seguida colocou em votação o **Ponto um**: Deliberação da ata de 19/03/2019 que foi aprovada pela maioria simples. Foi feita a leitura do **Ponto dois**: processo **09/004945/2017** de 27.11.2017. **Assunto**: Habilitação em Unidade de Cuidados Intermediários Modalidade Canguru – Hospital Universitário Gaffrée e Guinle para deliberação. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** fez a leitura do resumo do processo e logo após foi colocado em votação sendo aprovado pela maioria simples. Prosseguindo, foi realizada a leitura do **Ponto três**: **RAG 2018**: Apresentação do Relatório Anual de Gestão do ano de 2018 para deliberação. Nesse momento, a **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** deu início à apresentação com slides e comentários. Ao final foi aberto o ciclo de perguntas e respostas. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** disse que na apresentação foi falado que o sistema de regulação foi unificado, porém a regulação está no município do Rio de Janeiro. Então perguntou se têm algum hospital do estado do Rio de Janeiro que tenha regulação. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** respondeu que tem hospital estadual na regulação. Informou que a unificação foi uma ação judicializada e o município do Rio de Janeiro ficou com a gestão e todos os equipamentos do estado do Rio de Janeiro estão na regulação. Ressaltou que ainda trabalham com dois sistemas separados: o SER e o SISREG que se trata de outro trabalho de unificação. Em relação a não dar vagas, respondeu que quis dizer que não é para internação. Por isso, talvez não tenha se expressado bem. O estado do Rio de Janeiro oferece ao município do Rio de Janeiro, praticamente zero; são consultas de especialidades já que têm algumas. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** perguntou se o estado do Rio de Janeiro atua no Sistema de Regulação e se também faz a regulação. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** respondeu que também faz. Entretanto, o gestor maior dessa regulação, hoje, é o município do Rio de Janeiro. A **coordenadora geral Cristiany Ávila** (S/SUBREG/CGCA) informou que tem uma central de regulação estadual que opera com o sistema SER e a partir de 2015 em diante, alguns procedimentos foram pactuados no âmbito que chamam de REUNE, que é a regulação unificada. São procedimentos de alta complexidade em sua maioria e alguns exames de diagnósticos mais complexos que ficam nesse sistema estadual e o município do Rio de Janeiro tem acesso para inserção de solicitações. Dependendo do procedimento a unidade solicitante que está no território do município do Rio de Janeiro vai solicitar essa vaga no SISREG ou no SER. Não existe duplicidade de procedimentos nos Sistemas, pois cada Sistema tem um bloco de procedimentos. O estado do Rio de Janeiro está, por assim dizer, gerindo os procedimentos mais complexos que ficam no Sistema SER. O que está acontecendo agora é uma interface de TI para a parte, principalmente de internação porque a central municipal só via a vaga dos leitos que estavam sob a gestão municipal. Entretanto, os hospitais estaduais não conseguiam ver. Por isso, está tendo uma interface com essa unificação. A idéia da unificação é que não tenha dupla entrada de internação de pacientes em mais de um Sistema. É isso o que querem desconstruir para que cada vez mais consigam captar vagas de internação de transferências. Por exemplo, no SISREG não regula cirurgias e sim a consulta em cirurgia onde o paciente entra para a consulta que vai gerar uma cirurgia eletiva, se for o caso. Também busca ofertas de leitos para internação direta de pacientes que estão em UPA's; que basicamente são as maiores demandas pré-hospitalares do CER e UPA's. Para que esses pacientes consigam acesso a leitos clínicos de unidades, conforme foi dito, também dentro de aparelhos, por assim dizer, que não estão sob nossa gerência embora estejam sob a nossa gestão que é a rede federal. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** perguntou se os hospitais do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, o IASERJ não faz regulação? A **coordenadora geral Cristiany Ávila** respondeu que o IASERJ, dependendo da oferta, da complexidade ou está na regulação municipal ou na estadual. Se não estiver enganada o IASERJ está no SISREG. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** respondeu que não já que essa unidade manda para o município do Rio de Janeiro. A **coordenadora geral Cristiany Ávila** respondeu que o acesso de não municípios dentro do

território municipal, do ponto de vista da regulação, se dá pela Programação Pactuada Integrada da Assistência (PPI), que é a pactuação de procedimentos de média e alta complexidade. Isso envolve teto financeiro, por exemplo: o município de São Gonçalo quer fazer cintilografia no município do Rio de Janeiro. Então pactua com certo valor e transfere para o teto municipal para poder atendê-lo. Se esse procedimento estiver regulado pelo estado do Rio de Janeiro é o estado do Rio de Janeiro que fará a gestão dessa solicitação. Se for o município do Rio de Janeiro é pelo SISREG. São noventa e dois municípios, excetuando a Capital que já tem. Os demais noventa e um municípios têm senha do SISREG e acesso aos procedimentos de PPI do município da Cidade do Rio de Janeiro. Essa PPI e mais um que chamam de PPI, mas, na verdade é da rede federal, ofertam cinquenta por cento das vagas para os outros municípios. A idéia é criar tudo isso via regulação para que consigam ter visualização da migração. A rede de organização é muito importante. Logo após a **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** colocou o **RAG 2018** em votação que foi aprovado pela maioria simples. Foi realizada a leitura do **Ponto quatro: PAS 2020**: apresentação da Programação Anual de Saúde do ano de 2020 para deliberação. Novamente a **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** deu início à apresentação com slides e comentários. Ao final, foi aberto o ciclo de perguntas e respostas. Em relação à apresentação a **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** perguntou como é feita a análise do aumento populacional porque o Brasil tem duzentos e vinte milhões de pessoas. Obviamente a população do estado do Rio de Janeiro também aumentou. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** respondeu que têm uma estimativa que é a forma como trabalham, inclusive já com esse aumento. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** disse que foi citado no slide que a maior parte das ações se parece com as de 2018, além de algumas coisas que foram alteradas em 2019 e a maior parte foi alterada para menos. Então deseja entender por achar que tem uma contradição: aumenta o número de pessoas e algumas ações diminuem e poucas aumentam. Perguntou como a análise funciona nesse sentido para diminuir porque se aumentam é porque precisam de mais atendimentos, de mais assistência e de mais ações. É isso que está contestando. O **conselheiro José Cosme dos Reis** ressaltou que sua pergunta é quase igual a da conselheira que lhe antecedeu. Disse que existe migração de pessoas de um estado para outro. Portanto, quando essas pessoas chegam criam comunidades que não são assistidas e nem reconhecidas. Comunidades essas que muitas vezes estão em lugares de difícil acesso. Perguntou como essas pessoas são inseridas dentro de um cálculo, dentro de uma previsão futura e se são desconhecidas porque não são identificadas. Disse que gostaria de ser esclarecido já que não entendeu como esse cálculo é feito. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** ressaltou que de todas as questões apresentadas nos slides apenas duas diminuíram e essas duas são referentes a obras. Tem a distribuição de latas de fórmula láctea para lactentes expostas ao HIV. Caso não esteja enganada eram quarenta mil latas e reduziram para trinta e duas mil. O motivo é que tem nascido menos bebês expostos ao HIV e que por isso não precisa de mais latas de leite além do necessário. E isso é bom, é positivo. Acha que os conselheiros estão falando um pouco da cobertura da Atenção Primária. Existe um estudo feito pela Atenção Primária, inclusive é um estudo público que foi debatido no Ministério Público e na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro com a participação de algumas pessoas. Esse estudo, esse redesenho não é só para diminuir porque foi feito também já que algumas coisas precisavam mesmo ser recursos melhor realocados. Existe a proposta que tenha a mesma garantia de assistência a todas as pessoas que já estavam sendo cobertas. Então a promessa é que não tenha nenhum tipo de não assistência apesar da mudança dos números de equipes. Esse estudo está embasado e justificado. Por isso, ao invés de pedirem aumento do número de equipes de saúde da família pensaram em pelo menos garantir orçamento para o que já têm hoje. Isso é muito importante. Prosseguindo, afirmou que ao colocarem isso na Programação Anual não significa que vão desistir. Significa programarem um ano de acordo com que observam, por exemplo: está vendo como a coisa está evoluindo. Então está pedindo o que acham que dá para fazer. Ressaltou que com todos os “porém” apresentaram resultados muito bons. O pessoal que está na ponta se desdobrou para conseguir manter o atendimento e a qualidade, inclusive os indicadores estão nos slides e nos cadernos. Informou que esses indicadores mostram que conseguiram atingir a maior parte dos indicadores que pactuaram. Por isso, acha que isso significa alguma coisa. A Secretaria Municipal de Saúde faz um compromisso de manter a assistência porque depois têm que

avaliar, monitorar e fiscalizar e dentro desse processo tem tempo para também fazerem modificações. Ao fazer a Programação Anual não quer dizer que essa Programação vá acontecer dessa maneira. Tudo depende de continuarem monitorando, trabalhando para melhorarem, tentando qualificar os profissionais e as ações e serviços. É isso que estão tentando fazer só que resolveram pensar bem com o “pé no chão” e com isso conseguem garantir. E se repetirem os indicadores acredita que apesar de todos os pesares terão os indicadores que serão bem favoráveis a atuação que fizeram. Concorde que há coisas que não acontecem e são questões pontuais que têm que resolver. Então os conselheiros têm que trazer e mostrar. Os gestores têm que mostrar os resultados e a resolutividade. Entretanto, num todo, quando fazem uma avaliação, pelos menos a dela é positiva. Acha o que foi colocado nesse estudo é que irão atender assistencialmente a essas pessoas, ou seja, irão continuar o trabalho para que as pessoas não fiquem sem assistência. Em relação à resposta a ser dada agora ao conselheiro José Cosme dos Reis; complementou dizendo que não têm como prever quem vai migrar para o município do Rio de Janeiro porque o cálculo é para a população que têm quando fazem a captação. Ressaltou que até os empreendimentos imobiliários são complicados porque existem bairros que tiveram um crescimento imobiliário imenso. Informou que em 2018 foi calculado o número de equipes que iriam satisfazer uma região que não tinha um determinado prédio. Um prédio precisa praticamente de uma equipe de saúde da família. Por isso, podiam ter avisado a eles que iriam construir uma coisa grande ali. Os prédios que conseguem cadastrar; por isso é que têm revisão ano a ano, vão vendo. E, não tem como prever a população que migra de outro estado para o município do Rio de Janeiro. Não tem como prever que isso vá acontecer e de quanto será esse quantitativo. Ressaltou que trabalham com uma população estimada a qual foi apresentada no primeiro slide de seis milhões e meio de pessoas. É com essa população que trabalham para fazer os cálculos. A **servidora Laiza Perez** disse ter duas perguntas a fazer. Na primeira indagou se a população estimada no município do Rio de Janeiro é feita baseada nos dados do censo de 2010? Na segunda perguntou caso seja, então o cálculo foi feito baseado no censo de 2010? A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** respondeu que não porque trabalham com a população estimada de 2017. Informou que a cada ano fazem isso usando dados do IBGE. A **servidora Laiza Perez** indagou se é o cálculo variável por ano? A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** informou que o IBGE é o Órgão Nacional que faz o cálculo da população. E tem ainda um Órgão local que é o IPP que trabalha com os dados do IBGE onde confere, aprova e libera para que possam trabalhar. Disse que estão trabalhando. Se for dado oficial trabalham com o número do IBGE. A **servidora Laiza Perez** indagou se esse número é de 2010? A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** respondeu que sim porque é o que se tem, pois não podem trabalhar com número que não é oficial. O IPP e o IBGE também liberam uma população estimada. Essa estimativa é feita com cálculos matemáticos e com estatísticas. Por exemplo: crescimento da taxa de natalidade igual a seis milhões e meio de pessoas. Ressaltou que é o último número liberado em 2017. Por isso, estão trabalhando com seis milhões e meio que é a população estimada para tal. Se for fazer qualquer documento para responder, teoricamente só poderia trabalhar com a população do censo de 2010 porque é o único que é oficial para o Território Nacional o qual o IBGE calculou em seis milhões e duzentos e noventa mil pessoas vivendo no município do Rio de Janeiro. Entretanto, também trabalham com a estimada para melhorar o cálculo e o planejamento. Logo após, a **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** fez a apresentação da substituta da conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes do Sindicato dos Técnicos e Auxiliares de Enfermagem do município do Rio de Janeiro. Trata-se da **conselheira profissional Lucimar de Oliveira do Nascimento**. A **conselheira Maria Edileusa Braga Freires** disse que os conselheiros estão comparecendo, vendo os dados, os planejamentos, vê tudo que acontece. Porém, desde 2011 estão acompanhando e vendo que têm avanços e desmontes nas AP's. Ressaltou que quando iniciou a estratégia de saúde da família acreditavam no Plano, pois diziam que iria avançar e dar certo e hoje vê esse desmonte. Sinceramente dão os dados de tantas unidades e de tantos atendidos. Na realidade não é assim já que os conselheiros acompanham na ponta os pacientes, o povo reclamando e as demandas. Indagou qual foi o crescimento já que lhe parece que foi muito pouco porque as clínicas da família são equipadas com onze equipes. Explicou que está falando da Clínica da Família Maria do Socorro Silva e Souza da Rocinha e que ficou reduzida a duas ou três equipes. Disse que na UPA tem três médicos mas quando chega

tem um e se continuar assim não terá mais nenhum porque os profissionais estão saindo com remoção. Têm profissionais para serem contratados e não contratam. Disse estar indignada e parece que os conselheiros são inúteis, pois comparecem a reunião, trazem cada um a sua demanda, depois voltam para suas casas pensando que as coisas vão mudar e não mudam. Por que a nova gestão entra e não dá continuidade ao que foi feito pela gestão anterior? Ainda sobre isso, ressaltou que nas conferências distritais de saúde os conselheiros bateram palmas e vibraram. Informou que os conselheiros sentiram tristeza e desânimo ao irem a Conferência Municipal de Saúde, pois estão vendo o desmonte de todos os lados. Disse que lutam pelo SUS que é muito bom mas o povo está desacreditado. E quando chegam à reunião de hoje viram que apresentaram outras coisas maravilhosas. Ressaltou que está falando de forma geral e não está culpando a senhora (a conselheira Daisy Demori Gomes da Silva Peres) e outras pessoas porque todos estão no mesmo barco e são culpados por tudo isso. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** pediu que a conselheira não citasse nomes. A **conselheira Maria Edileusa Braga Freires** respondeu que não está citando, apenas dizendo que todos são culpados de tudo isso, seja governo, seja população. Afirmou que essas coisas desanimam os conselheiros já que teriam que está vendo hoje, em 2019, as clínicas da família no auge e estão vendo-as se acabarem. Tudo isso com a população crescendo e acontece, por exemplo, na comunidade da Rocinha onde têm mais de vinte e oito mil prédios, sendo que oito prédios foram construídos depois do censo. Perguntou o que os conselheiros irão fazer daqui para frente e qual é o objetivo? Aplausos. A **servidora Elizabeth Mendonça** informou que trabalha na SUBGEX e pretende ajudar na resposta da pergunta feita pelo conselheiro José Cosme dos Reis que falou estar preocupado com as comunidades de ruas e queria saber como contabiliza essas pessoas, essas comunidades e essas ruas que são criadas já que a prefeitura não tem muitas informações sobre essas comunidades, ruas e pessoas. Informou que é o ponto focal da Secretaria Municipal de Saúde junto ao Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP. Ressaltou que os membros do IPP estão fazendo um movimento muito legal nesse sentido já que existe uma preocupação geral com isso, ou seja, de comunidades que estão sendo criadas em lugares de difícil acesso e que dificulta quantificar. Uma situação que fazem é o monitoramento por satélite dessas comunidades. Explicou que em algum dia, talvez possam apresentar para a sociedade esse trabalho e como está sendo feito. Em relação à outra fórmula disse que tem um projeto junto a SUBPAV. Existe uma consciência de que os agentes de saúde vão até onde a população está. Acontece que esses agentes de saúde são veículos de informação para o poder público. Informou ter conhecimento que uma comunidade está se formando em determinado local. Por isso, já existe uma forma de monitoramento através de um instrumento. Isso está sendo estudado, inclusive já foi feito um protótipo onde podem mensurar essas pessoas e comunidades. Então acha que em breve poderão dar respostas mais positivas e mais próximas da realidade com relação à população que está se instalando em lugares mais difíceis. O **Secretário Executivo David Lima** relembrou que a pouco falaram do passado e aprovaram o Relatório de 2018 (RAG). Disse que é mais fácil ver o que aconteceu do que está para acontecer já que planejar é muito difícil. Por tudo isso, acha que deveriam ter uma equipe que pensasse essa situação junto com os técnicos. Não é a toa que no outro ponto irão pedir a inclusão de conselheiros nessa equipe de planejamento porque assim fica mais fácil de acompanhar o planejamento, pois sem querer os conselheiros acabam misturando os problemas do dia-a-dia. Então se não tiverem ciência disso na hora em que estão fazendo o planejamento, na hora de discutir o planejamento irá ficar difícil já que acabam misturando os problemas do dia-a-dia com o que querem do futuro. Primeiro têm que saber separar essas coisas: uma são os problemas do dia-a-dia que tem que corrigir. Outra é ter uma meta a seguir, ter algo em que se inspire para seguir e alcançar. Exemplo: o objetivo é diminuir em setenta por cento o percentual da tuberculose. E ao chegar aos setenta percebe que tem condições de chegar aos oitenta por cento e vai querer chegar nesse percentual. Com isso toma esse tipo de planejamento como mínimo já que não acredita que aqueles números (dos slides e do caderno) sejam macros. Embora muitas vezes não conseguem atingir nem o mínimo. Por isso, a cada ano tem outro ano para tentarem recuperar o que perderam no ano que passou. Sobre o ponto cinco, disse achar primordial que os conselheiros que forem escolhidos, tenham a capacidade de agregar outros para trazer essa discussão para o dia-a-dia do planejamento. Muito melhor do que discutir em um único dia o planejamento para o ano todo. O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** pediu Questão de Ordem. Informou que a lei 5.104 reza que o controle

social tem o dever e o direito de fazer o debate. Agora se os conselheiros estão presentes só para ouvir, perguntar e ouvir resposta não vale à pena estar presente nesse recinto assistindo a apresentação para depois fazerem perguntas sem que o debate seja feito porque estão presentes para fazer o trabalho e o dever de controle social. Acha que o debate é salutar. Por isso, devem debater e não ouvir só resposta. Os conselhos distritais de saúde, os conselhos para as comunidades e os conselhos de segurança foram criados com a finalidade de debater. Reafirmou que se não for para debater, só fiquem ouvindo, perguntar e escutar a resposta; acha que o papel dos conselheiros não é de controle social. Aplausos. Nesse momento, foi aberto novo ciclo de respostas. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** disse que fará duas perguntas antes de responder a questão. Perguntou quem leu o Relatório Anual de Gestão, por favor, que levante a mão. Poucos levantaram. Em seguida, perguntou quem leu a Programação Anual de Saúde 2020. Novamente poucos levantaram às mãos. Após agradecer disse concordar em gênero, número e grau com o conselheiro Geraldo Batista de Oliveira porque falam determinadas coisas nesse recinto mas ninguém sequer leu um documento que foi enviado. Disse achar que há um mês mais ou menos; e o outro documento, desde que foi criado, se encontra na página do Conselho Municipal de Saúde. Disse que concorda com a conselheira Maria Edileusa Braga Freires quando informou que todos estão do mesmo lado. Continuando, disse que estão trabalhando para conseguirem prestar uma assistência de saúde decente, com qualidade e que atenda a todas as pessoas e a todos os princípios e diretrizes do SUS, pois não estariam nesse recinto porque têm vários gestores que como ela trabalham todos os dias, vinte e quatro horas: sábado, domingo e feriado. Levam o trabalho para casa já que são obstinados por isso. E não é à toa e sim porque querem e desejam que no final tenham resultados positivos e uma saúde realmente de qualidade. Ressaltou que não estão aceitando ou se acomodando mas apenas estão em um momento em que às vezes têm que recuar para vencer. Talvez estejam nesse momento sendo bastante coerentes com a realidade para conseguirem assegurar o que podem para que no futuro peçam o mais que querem. Não estão concordando com desmonte, diminuição ou com a não prestação de assistência porque estão fazendo o que podem. Por esse motivo, considera que essa rede fez muito. Os resultados apresentados hoje são números oficiais que trazem de sistemas de informações oficiais e por mais que tenham problemas fazem muitas coisas boas. Entretanto, as coisas boas ninguém traz para mostrar, pois só trazem o problema do fulano que não foi atendido mas os milhões que são atendidos não trazem para agradecer, inclusive. Acha que estão no mesmo barco lutando por melhoria, conquistas e aos poucos irão conseguindo. Esse momento foi de recuo para depois tentarem novamente. Ressaltou que esteve com todos em todas as conferências distritais de saúde, inclusive na Conferência Municipal de Saúde porque querem trazer o que a população está precisando. É nisso que estão trabalhando para tentar conseguir tudo, conseguir uma parte. Todos estão trabalhando, inclusive os conselheiros. Informou que a idéia é trazer um titular e suplente do Conselho Municipal de Saúde para as reuniões do Planejamento já existiu até porque o Secretário Executivo David Lima participava das reuniões quando era a Senhora Vitória Veloso no núcleo de planejamento. Então pelas várias demandas ouvidas no recinto resolveu resgatar esse núcleo. No ponto cinco irão saber quais os conselheiros que participarão dessas reuniões porque precisavam fazer isso junto para verem que não é fácil. O **conselheiro Wilson Nilson da Rocha** pediu para fazer uma justificativa. Disse que não leu o documento porque a secretária da FAAPERJ não lhe passou nada. Por esse motivo não sabe se ela recebeu ou não o documento. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** pediu para falar. Disse que se tivesse tempo e caso os conselheiros estivessem dispostos e se fizessem presentes nas reuniões que fazem no próprio Conselho Distrital, que poderá ir mais gente já que não se importará até porque se colocou à disposição de todos para falar do Relatório Anual de Gestão antes de vir ao recinto do Conselho Municipal de Saúde para apresentá-lo. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** colocou em votação a **Programação Anual de Saúde (PAS 2020) que foi aprovada pela maioria simples**. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** fez a leitura do **Ponto cinco**: Ofício S/ SUBGEX/ CGPE n° 34/ 2019. Assunto: Atualização de representantes para participação no Núcleo de Apoio Permanente ao Planejamento em Saúde – escolha de um titular e um suplente. Nesse momento, vários conselheiros se apresentaram de forma voluntária. O **Secretário Executivo David Lima** fez a votação que terminou com dois conselheiros empatados com doze votos cada. Realizada uma segunda votação com

dezesseis votos a **conselheira Júlia Daniela de Castro** foi eleita como titular. A suplência ficou com o conselheiro José Cosme dos Reis que teve doze votos. Aplausos. **Ponto seis:** Comissão de Educação Permanente. O **Secretário Executivo David Lima** informou que a comissão não encaminhou o ponto, ou seja, não trouxe apresentação. **Ponto sete:** Comissões do Conselho Municipal de Saúde – **10 minutos**. Apenas duas Comissões apresentaram-se para dar os informes. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** disse que a Comissão de Educação Permanente está sendo prejudicada devido às demandas e muitas ações que estão acontecendo ultimamente. Por isso, não estão conseguindo apresentar a “Série Diálogos”. Pediu que na primeira oportunidade que houver deseje colocar em pauta as apresentações. Em relação à Comissão de Orçamento e Finanças a **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** disse que a reunião foi hoje e apenas ela e a Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes compareceram. Disse lamentar a ausência dos outros membros e pediu que esses membros se esforcem para comparecer. O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** disse que tem que adequar à agenda. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** respondeu que na primeira reunião dos membros a agenda foi pré-combinada. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que foi convidada pelos membros da Comissão Nacional de Mortalidade Materna. Então, a representante nacional chamou sua atenção dizendo que a Comissão Municipal de Saúde Materna tem dois representantes e estes não comparecem para discutir sobre o que está acontecendo nas maternidades do município do Rio de Janeiro. Pediu então ao Secretário Executivo David Lima para revisar essas representações das comissões já que os conselheiros entram e não comparecem a essas reuniões, inclusive as reuniões externas. Por esse motivo é muito cobrada. Informou que hoje de manhã foi a duas reuniões representando o município do Rio de Janeiro. Nessas reuniões fizeram perguntas que às vezes não soube responder. Disse esperar que a conselheira Júlia Daniela de Castro e o conselheiro José Cosme dos Reis estejam presentes e que tragam o relatório da reunião para o Colegiado, pois assim fica respaldada porque quando o Ministério Público lhe perguntar dirá que tem dois representantes. Finalizando, pediu desculpas pelo desabafo. **Ponto oito:** Informes da Secretaria Executiva - **15 minutos**. Em nome da Mesa o **Secretário Executivo David Lima** agradeceu nominalmente aos estudantes da PUC-Rio que estão presentes à reunião: Ana Beatriz de Oliveira, Tatiana, Denilson de Souza Magalhães e Daniela. Esclareceu que o Conselho Municipal de Saúde sempre recebe muitos estudantes de várias universidades e de vários cursos. Prosseguindo informou que nos dias 03 e 04 de maio realizaram grande parte da 13ª Conferência Municipal de Saúde. A etapa final será feita depois já que verificaram que dois dias não são suficientes para resolver tudo como ficou comprovado. Informou também que no dia 04 de maio para poderem concluir a parte que combinaram, os delegados da 13ª Conferência Municipal de Saúde tiveram que ficar até às 19h e 30min no Auditório Rodolpho Paulo Rocco, Centro de Ciências da Saúde - CCS – Cidade Universitária – UFRJ ao invés das 18 horas. Por esse motivo, foram literalmente expulsos do local. Informou ainda que no dia 13 de maio foi a UFRJ pedir desculpas, agradecer e conversar mas percebeu que ficou muito difícil conseguir novamente esse espaço e ainda mais pelo fato de terem colado avisos e recortes na parede; só não foi pior porque o delegado municipal Geraldo Batista de Oliveira retirou alguns avisos que estavam na parte externa do auditório antes que os funcionários da UFRJ viessem. Lembrando que eles já haviam nos alertado para não colar nada nas paredes. Portanto, essa foi a parte negativa do Evento. Em referência às propostas municipais afirmou que a etapa final será realizada no dia 20 de maio das 09 horas até às 18 horas. Salientou que essa etapa final terá somente a participação dos delegados que se credenciaram e que participaram efetivamente. Disse o porquê de terem que realizar o Evento antes da Conferência Estadual de Saúde, foi para não correrem o risco do Conselho Estadual de Saúde alegar mais a frente que a Conferência Municipal de Saúde não tinha terminado. Ressaltou que nas etapas anteriores estiveram presentes 221(duzentos e vinte um) delegados sem contar os observadores e convidados. Enfatizou que o local da etapa final da 13ª Conferência Municipal de Saúde ocorrerá no Auditório do Centro Administrativo São Sebastião (CASS), subsolo. Sabe-se de antemão que alguns delegados não poderão vir o que é normal. Finalizou o seu informe dizendo que a alimentação estará garantida e o credenciamento será feito às 09 da manhã e logo após cada delegado deverá retirar o seu “voucher” (comprovante) dirigindo-se ao Restaurante Feedback para fazer um lanche. Lembrando a todos que o retorno do lanche deverá ocorrer às 10 horas da manhã para

começarmos os trabalhos. O intervalo para o almoço será às 13 horas com o retorno previsto às 14 horas. Os trabalhos deverão se estender até às 18 horas. Lembrando que somente as propostas municipais serão trabalhadas para assim darmos por encerrada a 13ª Conferência Municipal de Saúde. Agradeceu aos que compareceram nos dias 03 e 04 de maio no auditório da UFRJ e ressaltando que colaboram muito no trabalho das propostas nacionais e estaduais que foram encaminhadas ao estado do Rio de Janeiro no dia 07 de maio. Agradeceu a colaboração da conselheira **Dayse Demori Gomes da Silva Peres**, pois trabalhou em casa de noite e de madrugada. Aplausos! Também agradeceu a colaboração do estagiário **Marcos Paulo da Silva Garcia**. Aplausos! Então cada um de certa forma colaborou e por isso também agradeceu a esses. Sobre as propostas enviadas aos estaduais, esclareceu que foram enviadas do jeito que foi pedido, ou seja, não teve nenhuma restrição e que por isso está muito orgulhoso da equipe da Secretaria Executiva desse Conselho Municipal de Saúde composta pelos servidores: **Carmem Terezinha Gomes Sasaki, Selma Maria Belchior Matos, Wagner Ubiratan Candido Alves, Haroldo Antonio Marinho, Teresa Cristina Sampaio Fraga, Ana Lucia Pires Ribeiro, Marcelo Dionízio Gomes e Maria da Conceição Ramos de Carvalho**. Aplausos! Finalizando, disse que não será permitida a presença de observadores e convidados até porque o espaço é pequeno. **Ponto nove:** Informes da Gestão da SMS - 10 minutos. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** informou que a apresentação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) será dia 29 de maio na Câmara de Vereadores e não tem horário definido porque não lhe enviaram o convite oficial. Entretanto, quando receber o convite oficial enviará para o Conselho Municipal de Saúde. A princípio, caso na seja desmarcada ou ter alguma alteração a apresentação será nesse dia, inclusive costuma ser pela manhã. **Ponto dez:** Informes do Colegiado - 05 minutos por conselheiro. Em relação ao ponto cinco, referente à escolha de titular e suplente o **conselheiro José Cosme dos Reis** informou o que vai falar não é uma justificativa de voto e sim um comentário sobre sua posição. Disse que na hora votava em alguns e em outros e ainda ao mesmo tempo em si mesmo. Quando então pressentiu que a conselheira Júlia Daniela de Castro seria escolhida como titular tanto que votou nela. Explicou que apoiou essa votação porque não basta os conselheiros apenas cobrarem. Como sempre gostou de se aprofundar no que estavam cobrando e viu à dificuldade de cada conselheiro para verificar se realmente a cobrança era válida. Informou que a AP-3.3 tem vinte e seis unidades de saúde. As clínicas da família estão dentro das piores favelas do município do Rio de Janeiro. Ressaltou que sempre vai a cada uma dessas favelas para verificar as dificuldades do médico e também da comunidade. Portanto, visita as comunidades para saber das dificuldades que cada uma tem. Em relação à Conferência Municipal de Saúde, afirmou que quando participou estava há três dias com problema intestinal. Por esse motivo, levou um rolo de papel higiênico dentro de sua bolsa. Pediu ajuda a conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres para resolver os problemas do Hospital Municipal Francisco da Silva Telles porque há falta de médicos clínicos e pediatras no setor de emergência. Também há falta de médicos clínicos no serviço de clínica médica que funciona no quarto andar. Ressaltou que foi a essa unidade de madrugada para verificar se realmente era verdade, inclusive ajudou um maqueiro a colocar um paciente em uma cadeira; cadeiras que também faltam. Também informou que nas clínicas da família faltam insumos, inclusive tem uma lista de medicamentos importantes de prioridade que faltam dentro dessas clínicas. Por isso tem a certeza que vão dar resposta em relação a essas demandas. Esclareceu que esses profissionais lhe pediram para representá-los porque queriam respostas e que devido a isso irá levar a certeza desses profissionais porque confia que a ajuda irá chegar. Aplausos. Sobre a Comissão de Mortalidade Materna, o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** informou que é membro suplente dessa comissão mas não foi convocado para substituir o titular porque o suplente só pode ser chamado para substituir o titular de duas formas: direta - quando o titular comunica ao suplente que vai faltar. Indireta - quando o titular comunica ao Conselho Municipal de Saúde que irá se ausentar. Com isso, o Conselho Municipal de Saúde tem o dever de comunicar ao suplente para que substitua o titular na reunião. Entretanto, uma única vez essa comunicação aconteceu, foi quando o titular teve que viajar e lhe comunicou. Em relação à primeira parte da Conferência Municipal de Saúde, realizada nos dias 03 e 04 de maio, informou que no momento da distribuição das vagas notou que havia pessoas alheias, ou seja, que não eram conselheiros delegados disputando vagas para a Conferência Estadual de Saúde. Isso causou uma grande discussão, a qual piorou quando

alguém que não estava presente tomou para si a incumbência de fazer o sorteio: Então decidiu que seria mesmo sorteio, depois mudou ao dizer que seria escolha. Disse que cobrou a questão do representante municipal no Conselho Estadual de Saúde o qual pensava que estava à mesa mas não estava. Nesse momento, escutou duas pessoas falando que houve uma mudança no Conselho Estadual de Saúde foi quando se surpreendeu ao saber que o representante municipal da metropolitana é do município de Seropédica. Afirmou que o município de Seropédica é grande e atende a mais de um milhão de usuários do SUS. Isso o assusta já que esse município não tem assistência básica e tanto é que notou que cerca de doze a quinze gestantes desse município vizinho estavam fazendo pré-natal em uma unidade no Bairro de Santa Cruz onde mora. No entanto, o representante desse município os representa. Por isso, não entendeu e ainda espera entender o que acontece no Conselho Estadual de Saúde porque para ter um representante de um município que não atende a atenção básica no mínimo esse representante deveria ter uma explicação. Sobre os acontecimentos no Conselho Estadual de Saúde, ressaltou que nunca teve uma pauta ou foi falado no Conselho Municipal de Saúde o que acontecia e o que se discutia no Conselho Estadual de Saúde. Então perguntou se alguns dos conselheiros têm conhecimento de como as pautas são feitas no Conselho Estadual de Saúde. Como é a participação; como são eleitos os conselheiros e como fazer para chegar ao Conselho Estadual de Saúde para sugerir, brigar e discutir com esse representante a questão do Município do Rio de Janeiro. Isso é o que gostaria de saber, inclusive que convidasse o representante estadual para vir a esse recinto e ouvir as demandas dos conselheiros do Conselho Municipal de Saúde. Em relação ao desabafo sobre sua história de vida, informou que aos catorze anos começou sua vida pública como controle social. Saiu da Funabem e foi para um movimento comunitário onde atuou dentro da Famerj, Fam-Rio e Faperj. Hoje se conscientizou que seu ciclo está terminando, pois está há quarenta e um anos nesse movimento. Informou que nunca fez questão de se perpetuar no poder já que acha que a vida é feita de renovação porque quando as pessoas querem se perpetuar no poder, sem dar chance aos novatos que chegam com novas idéias, por não acompanharem as mudanças acabam se estagnando. Sobre o clero do CMS/RJ disse que as pessoas têm que entender que o corporativismo democrático tem que acabar porque dentro do Conselho Municipal de Saúde foi criado um clero de corporativismo onde as mesmas pessoas os representam em tudo quanto é lugar. Prosseguindo disse que quando acontece alguma coisa, por exemplo: como foi o caso de um vereador que veio a esse recinto para dizer que os conselheiros não deveriam ter aprovado o Plano Plurianual – PPA. E veio sem antes saber que os conselheiros tinham reprovado o PPA e que durante a fala desse vereador todos ficaram calados. Entretanto, no final os que o aplaudiram esqueceram quem aprova de verdade esses documentos é esse vereador e os seus pares porque os conselheiros só dão indicativas (pontos de referências). A mesma coisa aconteceu quando o Conselho Distrital da AP-5.3 aprovou as OS's, pois muitos conselheiros municipais disseram que o presidente do CDS da AP-5.3 estava vendido. Entretanto, esses conselheiros municipais não entendem que o profissional médico não vai querer trabalhar no Bairro de Santa Cruz ganhando o piso salarial que a Prefeitura do município do Rio de Janeiro oferece hoje. E como a Prefeitura do município do Rio de Janeiro vai abrir concurso público porque tem uma Lei de responsabilidade fiscal a cumprir. Nessa luta são os usuários e conselheiros que sofrem. Prosseguindo informou ainda que se cada um dos presentes conhecesse a realidade do Bairro de Santa Cruz saberia que foi uma região que ficou quinze anos em um deserto sanitário. Nesse deserto sanitário tinha um hospital estadual que fazia atendimentos por exemplo: enquanto um médico estava fazendo um parto o outro estava arrancando dente porque antigamente as pessoas sentiam dor de dente e tinha que arrancar porque não tinham direito de fazerem um tratamento dentário. Ressaltou que perdeu seus dentes dessa maneira. Disse quando foi apresentada a proposta das OS's, as quais iriam levar o direito à saúde aquele povo que ficou quinze anos em um deserto sanitário, muitos o criticaram. Respondendo, disse se entrasse um médico no consultório, seja estatutário ou de OS não iria fazer distinção já que quer o direito à saúde que a Constituição não lhe dá. Por isso, hoje, percebem que a qualidade de vida melhorou na Zona Oeste; se foi por causa das OS's ou outro motivo não sabe. Mas graças a “Deus” sabe que hoje tem a atenção básica que leva saúde a Área da AP-5.3. Informou ainda que o Programa Academia Carioca melhorou a vida dos idosos acolhendo senhores com mais de sessenta anos que estavam jogando carta e bebendo. Hoje, esses senhores estão dentro do Programa Academia

Carioca fazendo cada um seu tratamento e sua ginástica. Estes programas melhoraram em muito a qualidade de vida da Zona Oeste. Ressaltou que talvez as pessoas não saibam disso porque muitos só enxergam números, muitos só enxergam o que querem ver. Então que venham morar na Zona Oeste para entenderem o que é morar no último bairro do município do Rio de Janeiro onde a saúde custa muito a chegar. Disse que são coisas que as pessoas não entendem; somente as que convivem. Esclareceu que não está discriminando quem vive em outras regiões porque graças a “Deus” vive bem na Zona Oeste e quer continuar vivendo. Sobre sua despedida do Conselho Municipal de Saúde e novas críticas ao clero, informou que foi a sua última conferência. Por isso, não quer deixar a impressão de que é isso ou aquilo e ouvir o que tem ouvido o que já havia ouvido na Conferência Municipal de Saúde. Afirmou que está na hora das pessoas pararem de pensar que são donas do poder. Os conselheiros têm que vir a esse recinto para fazer história (ato concreto) e não contar estória (ato fictício) para se perpetuar no poder achando que se sair do poder nada vai melhorar e continuar porque a vida é um eterno aprendizado e foi com a vida que o conselheiro aprendeu. Infelizmente irá sair do Conselho Municipal de Saúde magoado com algumas pessoas. Afirmou que seu mandato termina em dezembro deste ano e que por esse motivo, talvez não volte ao Conselho Municipal de Saúde para ver as pessoas falarem a mesma coisa, duvidarem da mesma coisa. E mais, duvidando da integridade e honestidade do conselheiro Geraldo Batista de Oliveira que sempre trabalhou pelo controle social e que sairá com a cabeça erguida. Ressaltou o que mais o entristece hoje é vir à Plenária e ver os conselheiros desanimados por não aguentarem mais essa perpetuação no poder. Disse que tem de mudar esse clero de corporativismo dentro do Conselho Municipal de Saúde. Tem que acabar porque não é só uma pessoa que pode representar o Conselho Municipal de Saúde em todos os lugares. Não é só uma pessoa que pode pensar em ter poder de fazer tudo isso. Como está desabafando, outros conselheiros deveriam desabafar também. Que cada um se volte para dentro de si mesmo para saber que o momento de mudança vai ocorrer em dezembro. Disse que surgiu um convite para ir ao gabinete desse vereador para discutir a Lei 5.104. Ressaltou que não consegue entender porque não podem mudar ou incluir algo nessa lei. Saliou deseja incluir o seguinte: o conselheiro não poderá mais ser reeleito depois de ter cumprido dois mandatos. Isso é que é democracia e a mudança tem que acontecer. Novamente, disse que o clero do corporativismo que existe no Conselho Municipal de Saúde tem que chegar ao fim, pois é muito triste os conselheiros serem confrontados todos os dias e em todas as horas. Ressaltou estar magoado, mas graças a “Deus” está terminando o seu mandato e não irá mais querer saber desse movimento. Entretanto, esse movimento estará para sempre em seu coração. Ressaltou ainda que lutou para chegar aonde chegou e agora está muito triste em chegar da forma em que chegou, pois um dia aprendeu com essas pessoas e hoje desaprende. Desaprende porque há muito tempo essas pessoas querem manobrar a sua consciência mas ninguém conseguirá. Finalizou agradecendo. Aplausos. A **servidora pública Laiza Perez** trouxe informes de três projetos para que todos tomem ciência e ajudem a divulgá-los porque trabalham para que esses projetos possam ajudar a população. O primeiro é o “Mutirão das Orelhas de Abano” que oferece cirurgia para reparação das orelhas de abano. Se alguém quiser fazer a cirurgia reparadora basta procurar sua Clínica da Família para ser atendido. Depois será inserido e referenciado em um dos três hospitais que participam a saber: Hospital Municipal Jesus, Hospital Municipal Nossa Senhora do Loreto que atende apenas crianças e o Hospital Municipal Barata Ribeiro. Fazendo isso estarão participando do projeto e serão operados. O segundo é o “Planejando a Gravidez”. No sábado será feita a primeira reunião com os preceptores de residência da saúde da família e começarão o incremento e um treinamento para colocação de DIU. Tudo isso é para aumentar a oferta e melhorar o planejamento da gravidez porque têm muita esperança que esse projeto venha a melhorar o planejamento da gravidez, reduzir e melhorar esses indicadores no sentido de diminuir a taxa de gravidez não planejada, de gravidez na adolescência diminuindo assim os índices de mortalidade materna e de mortalidade infantil. Ainda de ampliar as ofertas de todos os métodos contraceptivos desde os naturais até os de barreira como a pílula anticoncepcional e a oferta do DIU que é um método bastante eficaz e que nem todas as clínicas estão preparadas por falta de treinamento mas deveriam estar. Por isso, vão aumentar o treinamento dos profissionais que estão na ponta para melhorar a oferta. Esclareceu que deseja começar agora, inclusive já está em prática. O terceiro é “Aproximando da População”. Informou que vai começar amanhã no Calçadão de Bangu. A

Secretária de Saúde junto com a Prefeitura Municipal da Cidade Rio de Janeiro estarão mais perto de todos oferecendo serviços a população, principalmente informativos, ensinando a acessar o site da transparência no SISREG. Prosseguindo disse aonde serão atendidos, ensinando a utilizar o aplicativo “Saúde Rio”, os mecanismos de controle, além de ensinar a utilizar as ferramentas que desenvolveram e que vem desenvolvendo para poder gerenciar melhor as ferramentas de saúde e melhorar a vida da população. Finalizando, pediu para os ajudarem a divulgar esses projetos porque se não chegar ao usuário não conseguirão atingir o objetivo que têm e que trabalham para isso. O objetivo é percorrer todas as Áreas Programáticas em cinco meses. Aplausos! Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado é encerrada a reunião às dezessete horas e vinte minutos e eu **Marcelo Dionízio Gomes** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

Marcelo Dionízio Gomes

Maria de Fátima Gustavo Lopes